

Ex-combatentes: benefícios ainda em negociações

BRASÍLIA — A discussão sobre a inclusão ou não, entre os ex-combatentes, dos militares que atuaram na defesa do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial impediu que os Líderes partidários concluíssem as negociações sobre o Artigo 19 das Disposições Transitórias, que amplia os benefícios aos ex-combatentes civis e militares.

Cerca de 30 deles ocuparam a ante-sala de reuniões para reivindicar a classificação de segundo-tenente, que aumentaria os seus atuais vencimentos.

A nova classificação beneficiaria 8.110 militares. Segundo a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), favorável à medida, os rendimentos desses militares subiriam para o máximo de CZ\$ 62 mil. Como alguns já recebem CZ\$ 34 mil, a providência custaria mensalmente ao Poder Público CZ\$ 500 milhões.

O grupo de pressão dos militares está sendo coordenado pelo Coronel João Ferreira da Silva, que é Presidente da Associação dos Ex-Combatentes em

Brasília e mobilizou companheiros de outras 72 associações regionais para acompanhar os trabalhos da Assembléia.

Uniformizados e com medalhas, eles garantem, em cartazes, que "os pracinhas vencerão de novo, derrotando os nazistas da Constituinte".

Desde ontem, um novo grupo de pressão atua nos corredores do Congresso Nacional. São os oficiais R2 do Exército, formados nos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, que ficam até 10 anos na ativa e depois são dispensados sem direito a indenização.

Cerca de 30 desses reservistas começaram a entrar em contato com as principais lideranças partidárias, às quais reivindicam a aprovação de um projeto do Deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ). Se aprovada, a nova lei criará um quadro complementar no Ministério do Exército, onde todos eles poderão ser aproveitados, em funções semelhantes às dos oficiais de carreira.